

## A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E AVANÇOS<sup>1</sup>

Margareth Maria de Melo, UEPB

### RESUMO

A presente pesquisa, em andamento, é a continuidade de outra iniciada em 2011, sobre os livros didáticos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvida até 2019 e retomada em 2022. A mesma parte da inquietação com os reduzidos conteúdos sobre as temáticas étnico-raciais constatados nos livros didáticos do 1º ao 5º ano. Nossa problematização é sobre a questão indígena e negra no livro didático com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, para tanto, o objetivo geral é compreender como a temática étnico-racial está sendo tratada nos livros didáticos de História dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os estudos sobre a Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como também a BNCC fundamentam esse trabalho, além de autoras/es como Gomes (2017), Munanga (2009), Albuquerque e Fraga Filho (2006), Munduruku (2012), Prezia (2017), dentre outros. A metodologia desenvolvida é a pesquisa bibliográfica e documental (Amaral, 2007), de natureza qualitativa e descritiva. A análise dos dados é realizada com a análise de conteúdo segundo Bauer (2013). Até 2019 foram constatados avanços no trato da temática étnico-racial nos livros didáticos, especialmente, sobre a população negra; a invisibilidade dos povos indígenas era significativa, bem como a resistência negra antes da abolição e ao longo do século XX e XXI. Espera-se contribuir com a problematização da temática étnico-racial tanto na formação inicial, como continuada de docentes para serem comprometidos com uma educação antirracista.

**Palavras-chave:** livro didático; povos indígenas; população negra.

O Livro Didático (LD) é um importante instrumento utilizado na dinâmica de sala de aula, em especial, no componente de História, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em 2022 retomamos a pesquisa do LD realizada entre 2011-2019 em busca de compreender como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), influenciou as novas edições e como a questão étnico-racial estava sendo abordada no mesmo.

Uma inquietação que marcou todo o percurso da pesquisa foi a constatação do reduzido conteúdo sobre a população negra e indígena presente nos livros didáticos. Em muitos momentos do pós-abolição não se trata da luta do povo negro para sobreviver, nem de como os povos indígenas chegaram até os dias atuais. Foi com a Lei 10.639/2003 (Brasil,

---

<sup>1</sup> Pesquisas desenvolvidas entre 2022 e 2024, com bolsas para estudantes de Iniciação Científica, PIBIC/CNPq e FAPESQ/PB.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA (BRASIL, 2008), que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, que os livros didáticos pouco a pouco foram ampliando esses conteúdos, apesar da visão colonizadora ainda presente e da ausência do protagonismo destes povos na luta por liberdade, direitos e cidadania.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e documental (Amaral, 2007), e uma vez que os livros didáticos de cada período retratam o momento histórico, ela é de natureza descritiva e qualitativa. A análise de dados toma como referencial a análise de conteúdo segundo Bauer (2013), considerando aspectos quantitativos e qualitativos.

Neste artigo iremos apresentar os primeiros indícios que foram observados na pesquisa nas categorias de diversidade e resistência, bem como, os avanços constatados no trato com a temática étnico-racial, e levantar algumas inquietações que são desafios para a formação docente tanto nos cursos de Pedagogia, formação inicial, como na formação continuada de docentes que já atuam nas escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Pensar uma educação antirracista é algo extremamente inquietante, utópico e desafiador, pois remete a olhar a origem do povo brasileiro, suas histórias, suas lutas, suas perdas, suas resistências, suas conquistas, resultados de organizações coletivas, de grupos, movimentos e associações de homens e mulheres, negro/as, indígenas, trabalhadores/as. Nesse sentido, o ensino de História que trata das datas comemorativas, dos heróis e dos grandes homens que chegaram ao poder político e econômico teria que ser repensado a partir das normativas atuais e dos desafios da realidade do aluno (Fermiano; Santos, 2014).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) afirmam que as políticas públicas de reparação, reconhecimento e valorização, para terem sucesso tanto nos aspectos institucionais como pedagógicos, precisam fazer docentes e discentes negros e não negros se sentirem apoiados e valorizados. Nesse sentido, é necessário envolver diversos processos educativos escolares, políticas públicas e os movimentos sociais, visto que as relações étnico-raciais não se limitam aos espaços escolares. É um processo de mudança que envolve a cultura, a política, a educação, a ética e as relações sociais em sua plenitude, dentro e fora do espaço escolar (Brasil, 2004).

Na pesquisa uma das primeiras dúvidas que se apresentou desde o início foi: o que é ser negro? Como falar da identidade negra? O LD evita abordar essa questão. Quando fala de diversidade e identidade, ele não trata sobre a temática étnico-racial; aparece a imagem de pessoas ou crianças negras, mas não a palavra negro/a, ou afro-brasileiro/a, ou pessoa preta, parda, como se não existisse essa questão da cor da pele, do racismo no cotidiano.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE ALGUMAS ALUNAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Algumas alunas do curso de Pedagogia, no componente de Ensino de História, na sala de aula também falaram da dificuldade de abordar essa situação, porque acham constrangedor. Ou elas próprias não sabem sua cor? São pardas? Ou amarelas? Ou morenas? Não se veem negras ou pretas? Como tratar de diversidade sem abordar a questão étnico-racial? Munanga (2009) fala sobre a dificuldade da pessoa negra assumir-se por ser alienada em relação à sua estética, pois não aceita, não gosta de sua cor, do cabelo crespo, ou dos traços físicos; igualmente em relação à história e cultura negra, pois desconhece a história de resistência e luta do povo negro e a influência negra na cultura brasileira.

Então, é preciso estudar e conhecer sobre o povo negro e indígena a partir de uma história diferente da contada pelos colonizadores. Uma visão da história “capaz de levar a criança a se colocar na pele das outras pessoas e a perceber pontos de vista alternativos, e não só de seus contemporâneos, mas também de gente que viveu em outras épocas e lugares” (Fermiano; Santos, 2014, p.10-11). Isto é, proporcionar momentos de avaliação dos comportamentos das pessoas e suas consequências para a vida em sociedade.

Outro resultado observado sobre a categoria diversidade, presente em todos os livros, são as imagens das pessoas negras que estão sempre representadas como minorias, com exceção da temática escravidão, parecendo que existem mais brancos do que negros no país. Um avanço que foi percebido na imagem do negro se dá pelo fato de que nas primeiras pesquisas apareciam mais aspectos negativos e nas últimas as pessoas negras estão em condições favoráveis de vida, não apenas em lugares subalternos, mas também com referência positiva, como protagonistas. Inclusive o LD vem também trazendo referência do continente africano, o que não aparecia nos livros didáticos de História, pois falavam do africano traficando e escravizando sem abordar o que era a África no século XV (Albuquerque; Fraga Filho, 2006). Na pesquisa em andamento, percebe-se que o livro didático aborda a África, mas ainda é reduzido o conteúdo que aborda sobre o continente africano ao longo dos cinco anos letivos dos livros didáticos.

Um destaque, ainda na categoria diversidade, é a invisibilidade indígena, como se existisse um único povo indígena. Geralmente um capítulo era dedicado ao encontro do indígena com o colonizador, como eram seus costumes, e o indígena não aparecia mais no LD. Nos livros estudados no momento já se aborda a diversidade de povos, costumes, organizações, onde estão localizados hoje no país e até algumas imagens de atividades desenvolvidas nos movimentos indígenas, inclusive com depoimento de autores indígenas. Mesmo assim, o conteúdo ainda é insuficiente: não se trata sobre a resistência indígena e como estão organizados nas lutas por territórios nos dias atuais (Prezia, 2017).



Aliás, a categoria resistência foi outro destaque ao longo das pesquisas. Nas primeiras edições estudadas não aparecia como os povos indígenas e a população negra lutaram por liberdade, direitos, cidadania e como foram as experiências com as revoltas, fugas, quilombos e movimentos organizados, desde os acampamentos, as marchas e os protestos de indígenas. Outros temas não abordados são as mulheres negras, a capoeira, as irmandades, os povos de terreiros, a imprensa negra, os grupos de teatro, danças e músicas, artistas, ativistas, intelectuais, grupos de pesquisas e muitos outros que influenciaram a sociedade e a cultura brasileira. Falta tratar a História do século XX e XXI a partir do olhar do movimento dos povos indígenas (Munduruku, 2012) e do Movimento Negro (Gomes, 2017).

Por fim, essas constatações ao longo da pesquisa exigiram estudos complementares, uma vez que os componentes curriculares do curso de Pedagogia não tratam a temática étnico-racial como exigem as normas em vigor. Para tratar a educação das relações étnico-raciais seria necessário que durante o curso se trabalhasse com a criança real, que tem cor, gênero e classe social, e não com a escola e o estudante ideal. Sensibilizar o corpo docente e discente da academia é um grande desafio, porém na Educação Básica esse problema se torna gigante. Será que a universidade está contribuindo com a formação inicial e continuada de professores/as comprometidos/as com uma educação antirracista?

Segundo discussões em sala de aula do componente de Culturas Afro-Brasileira e Indígena, muitos dos conteúdos estudados são novos para a maioria dos/as estudantes. As lutas e resistências dos povos indígenas desde a colonização (Prezia, 2017) são desconhecidas e também não se conhece como esses povos estão sobrevivendo a esse apagamento histórico (Munduruku, 2012). Assim, esse é um desafio para formação das novas gerações: suprir essas lacunas históricas. O mesmo ocorre em relação ao povo negro, tanto nos movimentos organizados (Gomes, 2017), como nos cotidianos da luta por sobrevivência (Albuquerque; Fraga Filho, 2006), é preciso conhecer e discutir sobre essa resistência e resiliência do povo negro. Ao concluir essa discussão, espera-se contribuir com a problematização da temática étnico-racial na formação de docentes comprometidos/as com uma educação antirracista.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006.

AMARAL, J. J. F.. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: março de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acesso em julho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal Nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em abril de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

FERMIANO, Maria B.; SANTOS, Adriane S. dos. **Ensino de História para o Fundamental 1: teoria e prática**. São Paulo: Contexto: 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena**: 500 anos de luta. São Paulo: Expressão Popular, 2017.